

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1989)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTANA UEMURA SAMPATO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Dia de 7 a 1

estadaodigital#wsmuniz30@gmail.com



Ao impor derrota fragorosa ao governo, o Congresso reforça a natureza instável e fragmentada das relações entre ambos. Superá-la exigiria uma sabedoria que falta hoje ao Planalto

Ignorando os prognósticos mais realistas, o governo do presidente Lula da Silva apostou alto nas votações que enfrentaria no Congresso e encerrou a terça-feira com uma coleção eloquente de fracassos. Em sessão conjunta da Câmara e do Senado, deputados federais e senadores impuseram derrotas significativas ao Palácio do Planalto, derrubando vetos de Lula e mantendo todos os vetos do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O governo saiu derrotado por larga margem na derrubada dos vetos presidenciais à chamada “saidinha” de pre-

sos do regime semiaberto e a trechos da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) que proíbem o uso de recursos públicos para ações que supostamente ferem os valores da “família tradicional”. Também perdeu no caso da possível criminalização de fake news em contexto eleitoral, que Bolsonaro vetara ainda em 2021. Triunfou, porém, ao evitar um calendário fixo para pagamento de emendas impositivas que havia sido aprovado na LDO, sonho de consumo de congressistas que desejam irrigar suas bases eleitorais – a bem da verdade, uma vitória favorecida pelo pagamento de verbas para

reduzidos indicados pelos parlamentares. Um acordo entre Lula e o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), permitiu ainda a aprovação do Imposto de Importação sobre as compras internacionais de até US\$ 50, tema que o PT enxergava com reticência, e o Ministério da Fazenda, com certa ambiguidade.

Os reveses ruidosos e os triunfos acabrunhados inspiram conclusões relevantes. A primeira é que nos embates regidos por pragmatismo e realismo, Executivo e Legislativo tendem a estar alinhados. A cisão se dá nas pautas que são mais caras à direita hoje hegemônica no Congresso, incluindo temas de costumes, valores e cláusulas pétreas do conservadorismo, como o tratamento mais duro dado a presidiários. Nelas, as derrotas impostas ao governo provavelmente continuarão a se repetir com intensidade. Chama a atenção, no caso da noite de terça-feira, o otimismo delirante demonstrado por articuladores políticos do Palácio do Planalto (não se sabe se verdadeiro ou mero artifício retórico para convencer parlamentares da frágil base governista). Os vetos que retomavam a “saidinha” de presidiários, por exemplo, foram apresentados como “uma questão de honra” para o governo. Debalde. O resultado foi, isso sim, uma desonra política em alto grau, adornada até mesmo por partidos que ocupam espaços na Esplanada dos Ministérios.

A terça-feira não só demonstrou a força da oposição, como reafirmou a natureza instável e fragmentada das relações entre governo e Congresso. Há algum tempo se registram mudanças significativas no presidencialismo de coali-

ção no Brasil, mas o governo ainda não parece habituado à nova realidade. Ou melhor, parece estar perdido sobre quais ferramentas dispõe para fazer valer sua agenda. Historicamente a estrutura multipartidária e federativa na qual o presidencialismo se assenta decorre de uma premissa: a existência de uma coalizão de governo majoritária e coerente, e um presidente forte com poder de definir a agenda legislativa. Para exercer tal força, o presidente precisa ter o controle do Orçamento, popularidade alta que lhe garanta capital político e um ambiente legislativo dotado de partidos com um mínimo de coerência interna e liderança firme capazes de assegurar o bom fluxo das negociações.

Nada disso parece existir hoje. Ao contrário, tem-se um Congresso com poderes inquestionáveis sobre o Orçamento, partidos tradicionais com bancadas reduzidas (fora outros que deixaram de existir ou foram desfigurados), profusão de bancadas temáticas (ruralistas, evangélicos e armamentistas, por exemplo) e um Centrão nascido de um emaranhado de interesses dispersos. Tudo somado, tornou-se inviável a formação de coalizões mais estáveis, como nos primeiros mandatos de Lula e nos governos de Fernando Henrique Cardoso. A dispersão de forças é o pior dos mundos para qualquer governo, pois exige mais tempo, energia, capital político e recursos orçamentários para conquistar o voto de parlamentares. Exige, por fim, uma sabedoria hoje ausente no Palácio do Planalto, de onde grassa um governo medíocre e sem agenda clara para apresentar ao Congresso – e ao País. ●

A confusão dos planos de saúde

Lira faz acerto verbal para que operadoras suspendam cancelamentos unilaterais de planos de usuários, enquanto governo federal assiste ao debate como se fosse mero observador

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), anunciou ter feito um acordo com operadoras de planos de saúde para suspender rescisões unilaterais de contratos. Beneficiários respiram aliviados. Deveriam? Nada indica que sim.

O Estadão mostrou nas últimas semanas que houve uma escalada do número de cancelamentos por parte das empresas. A reportagem comparou números de março deste ano com os do mesmo mês do ano passado e revelou que ao menos 80 mil clientes deixaram de ser atendidos pelos planos coletivos por adesão no período.

É possível que uma parte desse universo tenha deixado as operadoras por vontade própria. Esse é um esclarecimento que as empresas deveriam fa-

zer, mas elas se recusam. Oficialmente, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) informa ter recebido mais de 15 mil reclamações sobre rescisão contratual unilateral por parte das empresas em 2023, 37% a mais que no ano anterior.

Na maioria dos casos, justificam as empresas, a carteira é deficitária e não pode mais ser mantida, o que desampara pacientes em tratamento. Mencionam atuar dentro da legalidade e informam que os clientes têm direito a trocar de plano sem carência, embora migrar, a depender do estado de saúde do usuário, possa ser uma tarefa impossível.

Parlamentares começavam a se mobilizar para criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as operadoras. Lira, no entanto, decidiu atuar. Por meio de suas redes sociais,

informou que as operadoras se comprometeram a “suspender cancelamentos recentes relacionados a algumas doenças e transtornos”.

A quais doenças e transtornos e a que período Lira se referia não se sabe, uma vez que o acerto foi verbal. Como bem observou a advogada Giselle Tapai a este jornal, acordo não é lei. Mas, enquanto isso, a abertura da CPI é adiada, e o projeto de lei que altera o marco atual de saúde suplementar, de 1998, continua em discussão.

Até lá, permanecem o confuso estado de coisas e a angústia dos clientes dos planos. Diante disso, é espantosa a ausência do governo federal nessa discussão.

O Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio da Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), pediu explicações às empresas pelos cancelamentos unilaterais. É pouco. Já a ANS divulgou longa nota com as principais regras a que as operadoras estão sujeitas. Reafirmou que é proibida a prática de seleção de riscos, ou seja, a exclusão de clientes por condição de saúde ou idade – algo que as operadoras asseguram não fazer.

Mas a ANS ressaltou que é lícita a rescisão de contrato de plano coletivo quando o beneficiário está em tratamento ou internado, desde que a empresa arque com todo o atendimento até a alta hospitalar. Eis um dos principais pontos do

imbróglio. Órgãos de defesa do consumidor e o Judiciário têm entendimento diferente e consideram a situação ilegal, com base em precedente julgado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Do Ministério da Saúde não se ouviu uma palavra até agora, e não é por acaso. Trata-se de um verdadeiro vespeiro, e é difícil vislumbrar uma solução equilibrada, que preserve os interesses dos usuários e a sustentabilidade econômica das empresas. Debatê-la, no entanto, é urgente.

Os planos de saúde individuais e familiares oferecem mais proteção ao usuário e reajustes regulados pela ANS, mas são poucas as operadoras que oferecem a modalidade atualmente – sobretudo, a preços acessíveis.

A maioria, resta apelar a planos coletivos, que possuem regras bem mais flexíveis e que têm gerado tanta insatisfação – tanto por parte dos clientes, que se sentem abandonados no momento em que mais precisam, quanto por parte das empresas, que reclamam de fraudes e de custos excessivos.

Não basta ao governo assistir a esse debate a distância, como se fosse um mero observador, delegando a responsabilidade à Câmara. Cada cliente que deixa de fazer parte da carteira dos planos de saúde onera e sobrecarrega o Sistema Único de Saúde (SUS). Passou da hora de o Executivo assumir a liderança dessa discussão. ●